

Os movimentos de libertação em Angola e a criação das Forças Armadas Angolanas: contributos da ideologia política

 **Luís Manuel Brás Bernardino**

Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-UL).

Coronel do Exército, professor no Departamento de Estudos Pós-Graduados e Investigador no Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar (CIDIUM).

Investigador no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Internacionais (CEI).

Lisboa - PORTUGAL

cei.iscte-iul.pt/equipa/luis-bernardino/

bernardino.lmb@hotmail.com

 orcid.org/0000-0002-3858-0261

Para citar este artigo:

BERNARDINO, Luís Manuel Brás. Os movimentos de libertação em Angola e a criação das Forças Armadas Angolanas: contributos da ideologia política. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, n. 34, e0106, set./dez. 2021.

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313342021e0106>

Recebido: 31/05/2021

Aprovado: 30/08/2021

Os movimentos de libertação em Angola e a criação das Forças Armadas Angolanas: contributos da ideologia política

Luís Manuel Brás Bernardino

Os movimentos de libertação em Angola e a criação das Forças Armadas Angolanas: contributos da ideologia política¹

Resumo

Tão importante como caracterizar umas Forças Armadas de um Estado no presente, e projetar o seu futuro, tendo com base a sua liderança, capacidades militares, valências técnicas, táticas e tecnologia, e obviamente a sua condição de operacionalidade, importa olhar para o seu passado e ver que influencias tiveram, donde deriva a sua ideologia política, que História está na sua génese e que representam no seu íntimo nacionalista. Este artigo resume e procura identificar, de uma forma cronológica e matricial, todos os possíveis fatores que contribuíram ao longo da História de Angola, centrada nos Movimentos de Libertação para a criação das Forças Armadas Angolanas e como constituem para a matriz identitária do Estado Angolano e do Povo de Angola.

Palavras-chave: Angola; movimentos de libertação; Forças Armadas Angolanas; segurança e defesa.

The liberation movements in Angola and the creation of the Angolan Armed Forces: contributions from the political ideology

Abstract

As relevant as characterizing an Armed Forces at the present, and designing their future, based on their leadership, military capabilities, technical valences, tactics, and technology, and obviously their operationality, it is important to look at their past and see what influences had, from which derives their political ideology, which History is in its genesis and that represent in its nationalism. This article summarizes and try to seek to identify, in a chronological and matrix way, all these factors that contributed in Angola to the creation of the Angolan Armed Forces and which are the identity matrix of Angola and the People of Angola.

Keywords: Angola; liberation movements; Angolan armed forces; security and defense.

* Nesse texto optou-se por manter a grafia da língua nativa.

¹ Este artigo resume e aprofunda uma parte da minha Tese de Doutoramento em História dos Factos Sociais, na especialidade de Relações Internacionais, defendida em 2012, intitulada “A Posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana. Análise da Função Estratégica das Forças Armadas Angolanas” no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-UL) em Portugal.

“...The history of the Angolan Armed Forces remains largely unwritten-yet, understanding the FAA’s development is undoubtedly important both for the future Angolan generation as well as for other sub-Saharan African countries...”

Ana Leão e Martin Rupiya, (2005, p. 7).

Introdução

No Estado Moderno a responsabilidade primária da segurança e defesa está, por norma, atribuído às suas Forças Armadas. Estas são instrumento da sua Política de Defesa Nacional, passando a estar dimensionadas para projetarem a influência e o poder do Estado onde quer que este se possa e venha a materializar. As Forças Armadas assumem-se, legitimamente, como um dos vetores primordiais do Estado, e para muitos países representam uma mudança no paradigma de segurança e defesa nacional. Um paradigma ideológico que no caso de Angola e das suas Forças Armadas decorre desde o início da luta de independência e da criação dos movimentos de libertação e até em certa medida, muito antes, sendo o reflexo da sua História e da História de África.

Segundo este novo paradigma securitário, para as atuais lideranças político-militares da República de Angola, as Forças Armadas Angolanas (FAA), “herdeiras” e tendo como origem o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), afiliado à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) de Holden Roberto (1923-2007); das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), ligadas à União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA) de Jonas Savimbi (1934-2002) e das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) de Agostinho Neto (1922-1979). Estas encontram-se atualmente num processo de transformação acelerado, assumindo-se como uma Instituição Militar, credível internacionalmente, respeitada no contexto regional e reconhecida nacional e internacionalmente, quer pelas suas capacidades operacionais, contribuindo para a segurança e desenvolvimento, procurando estar ao serviço dos Angolanos e de Angola.

Mas nem sempre foi assim, pois o processo de transformação em Angola de umas Força de Guerrilha para umas Forças Armadas, foi bem mais complexo,

difícil, doloroso para os Angolanos e tendo passado por muitas fases, congregando a influência de múltiplas ideologias e sofrido imensas vicissitudes. É esse caminho que procuramos analisar neste artigo, baseado nas suas origens históricas mais profundas e nas raízes do pré e pós-independência, bem como na forma como esse percurso ideológico teve influência no que são atualmente as Forças Armadas Angolanas. Estas materializam e personificam a própria História de Angola, pois que em muitos aspetos a História de Angola se confunde com a criação, evolução e formação político-ideológica das Forças Armadas. Numa evolução que deriva muito antes da proclamação da Independência Nacional, ocorrida em 11 de novembro de 1975, num paradigma ideológico e matriz identitária própria que contribuí para a consolidação de um sentimento de “nacionalismo” que são a matriz identitária de uma nova geração de Angolanos que sentem orgulhosos no seu País e nas suas Forças Armadas (JÚNIOR, 2003, p. 12).

Outros especialistas, numa análise mais académica e tendo por base quase cinco séculos de história, referem que as Forças Armadas Angolanas representam atualmente, não só um elemento agregador e estruturante na sociedade, mas também um vetor fundamental e pilar da coesão nacional do povo angolano e na Política Interna e com crescente importância na Política Externa de Angola. Atualmente, as Forças Armadas Angolanas encontram-se num processo de redimensionamento, reestruturação e de reequipamento (designado e conhecido pela estratégia dos 3 R's), que visa contribuir para o adequado equilíbrio de um Sistema de Forças Nacional mais adaptado à realidade conjuntural angolana e assim, tornar-se potencialmente mais operacional e proativo ao nível regional, para que se possa constituir num dos principais instrumentos da ação político-estratégica do Estado, interna e externamente (BERNARDINO, 2019, p. 547-569).

Como salientou o ex-Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos no discurso sobre o Estado da Nação, na Cerimónia de Abertura da IVª Sessão Legislativa da IIª Legislatura da Assembleia Nacional de Angola, em 11 de outubro de 2011 “...é pois, digno de louvar o reconhecimento e esforço das responsáveis e dos efetivos das Forças de Defesa e Segurança e Ordem Pública, que além de permanecerem a paz, protegem as nossas fronteiras e fazem

respeitar a legalidade plasmada na Constituição da República...” (SANTOS, 2011), o que demonstra, a crescente importância das Forças Armadas como elemento estruturante do Estado. Assim, propomo-nos nesta reflexão percorrer o caminho da História de Angola, analisando-se o papel das ideologias associadas e que deram origem aos movimentos de libertação. Procura-se demonstrar que a criação de um instrumento militar e a formação do país, ajudaram na edificação da nação angolana e concorreram para a construção e consolidação de um “nacionalismo”² que muito contribuíram, em nossa opinião, para o que são atualmente as Forças Armadas Angolanas e para o que é a República de Angola.

1. A Formação do “Nacionalismo” em Angola

Relativamente à coesão nacional em Angola e à construção do Estado, e complementarmente, à criação e operacionalização das suas Forças Armadas, salienta-se que derivado da possibilidade de se ter reatado as conversações para a paz, tornadas possíveis após a morte de Jonas Savimbi (22 de fevereiro de 2002), e de se ter realizado, nesse mesmo ano, as primeiras eleições multipartidárias, tornou-se possível o desenvolvimento de uma política interna que procurou consolidar a paz e o desenvolvimento económico e social do povo Angolano. Enquanto que no contexto da política externa, as Forças Armadas tornaram-se, cada vez mais, num elemento preponderante do Estado como agente da cooperação internacional, nomeadamente no contexto da segurança regional onde estão inseridas, onde vêm assumindo um significativo papel como produtor de segurança e contribuindo para a estabilidade regional.

Neste quadro, as FAA desenvolvem missões de cooperação e de assistência militar, realizam missões de apoio à paz ou contribuem para a edificação e operacionalização da Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA), muito por via de uma proatividade crescente bicéfala na Southern African

² “...tal como acontece na generalidade dos Estados subsarianos, resulta [a construção da nação] da interação entre a herança africana e o legado colonial, entre os valores africanos e os valores europeus ou ocidentais, entre a tradição e a modernidade, e dessa interação está o resultar da formação de um terceiro elemento, que não é o somatório dos outros dois, mas sim algo de novo que comporta a especificidade... cuja identidade se define mais facilmente pela alteridade no contexto internacional [...]” (GRAÇA, 2005, p. 25), pois como refere ainda Borges Graça, “...de uma maneira geral o conceito de nacionalismo refere-se aos espaços de obtenção de autonomia política por parte de um grupo, territorialmente limitado, que sente ser detentor de um alto grau de identidade e interesses comuns [...]” (GRAÇA, 2005, p.175).

Development Community (SADC) e na Economic Community of Central African States (CEEAC), bem como não devemos esquecer o seu papel no seio da Cooperação de Defesa no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

De salientar ainda a mais recente participação na criação e consolidação, em Luanda, da Comissão do Golfo da Guiné, assumindo uma dinâmica de liderança, vindo, desde o início, desenvolvendo um conjunto de ações de cooperação ao nível de segurança marítima...relevante no contexto regional Atlântico. Estas participações conjunturais revelam empenhamentos e interesses diferenciados, que devem ser vistos como uma forma de manter um equilíbrio geoestratégico na região, funcionando como instrumento político na defesa dos interesses conjunturais de Angola na região subsaariana.

O processo nacional de modernização dos sistemas de segurança e defesa reside na edificação e operacionalização das FAA, embora que estas se encontrem atualmente ainda sobredimensionados e a necessitar de serem pensados estrategicamente num quadro de semiprofissionalização e de adaptação às novas realidades do país e da região. Estas representam, no contexto regional, um exemplo da forma como os processos de paz e de desenvolvimento sustentado são vividos, pois que na vertente da segurança, se assistiu ao que podemos considerar como uma “assimilação desregulada” de múltiplas doutrinas, regulamentos, leis e normativos, que nas consciências de assessorias político-militar agressivas e assentes numa Cooperação Técnico-Militar (atualmente designada por Cooperação no Domínio da Defesa - CDD) extremamente competitiva, que se tornou obsessiva nos objetivos e muitas vezes irrealista e megalómana nos propósitos a alcançar.

Pensamos mesmo que a cooperação militar e a assessoria em Angola sofrem deste dilema, pois que se constata a existência de um excesso de múltiplas (e nem sempre bem coordenadas) influências externas na construção da dimensão da Segurança e da Defesa Nacional. Estas cooperações multinacionais, aproveitando as parcerias estabelecidas durante o período pré-independência e (essencialmente durante a guerra interna) multiplicaram-se um pouco inexplicavelmente durante a paz, e contribuíram para o crescimento,

operacionalização e sustentação das Forças Armadas, embora que quase sempre de uma forma desconexa e obviamente não concertada e potencialmente mais útil para as Forças Armadas Angolanas.

Neste contexto, desde meados de 1988 (antes da assinatura dos Acordos de Paz de Bicesse) que em Angola a edificação e reestruturação das Forças Armadas teve a intervenção e o apoio institucional indireto das três missões das Nações Unidas (NU) e foi assessorada por militares de países tão díspares como: Rússia, Brasil, China, Cuba, Reino Unido, França, EUA e Portugal, entre outros (de forma mais ou menos camuflada) que procuraram deixar o seu cunho institucional na doutrina, organização e legislação das FAA. Cooperação e apoio que já acontecia no período anterior à Proclamação da Independência (de uma forma não oficial e camuflada) e mais orientada para o apoio aos partidos políticos e aos seus vetores armados que se degladiavam no interior de Angola, na luta pela independência. Contudo, não se conhece a existência de um estudo sistemático, integrado, completo e credível, que tenha orientado essa formação multidimensional e as influências que lhes deram corpo. Não foram feitos estudos de âmbito político-estratégico para calcular o adequado dimensionamento, a estrutura operacional e o respetivo sistemas de forças nacional, nem uma reflexão abrangente sobre quais as principais linhas de ação da Política de Defesa Nacional, bem como os contributos que se esperam das Forças Armadas em prol dos superiores interesses nacionais.

Muitos factores contribuíram para este paradigma, desde logo a precipitação dos acontecimentos políticos em Angola que contribuíram para acelerar o processo de formação das FAA, não dando espaço e tempo para a criação de um pensamento estratégico consolidado (salvo raras exceções) e bem mais recentemente a dificuldade dos quadros superiores das Forças Armadas e das lideranças em assumirem e desenvolverem trabalho na vertente doutrinária, estratégica, de previsão e aprofundamento de estudos de como deveriam ser as FAA no futuro. Aspectos que melhor mais recentemente no contexto da revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) e da elaboração do Livro Branco de Defesa, ambas em 2018, que poderiam (e deveriam) ter sido discutidas publicamente, no intuito de tornar o processo nacional, educacional e mais envolvente no seio das lideranças e principalmente da sociedade.

Por consequência, este aspeto tem vindo a despoletar, ao nível das lideranças angolanas, a necessidade de se estabelecer legislação e diretivas específicas que tenham em vista a construção da imagem de umas Forças Armadas mais credíveis, operacionais e em acelerada modernização e profissionalização. Neste contexto, tem sido possível confirmar estas ideias pela ação do governo e da liderança político-militar angolana, comprovado através de uma crescente divulgação de notícias e de reportagens publicadas nos órgãos de comunicação e apostando uma maior abertura à reflexão académica sobre a área da segurança e defesa em Angola. Embora que se constitua ainda pouco usual por parte dos académicos falar-se dos temas associados à segurança, às Forças Armadas, Forças de Segurança ou aos Sistemas de Informação Estratégica do Estado em Angola.

Ainda assim, constatamos que a evolução histórica das FAA e os contributos, mais ou menos, “musculados” para a coesão interna (nacional) e para uma postura proativa na segurança nacional, resultam das capacidades intrínsecas que foram sendo edificadas, do treino combativo (operacional) e ainda da operacionalidade que foi possível desenvolver. Neste quadro, o redimensionamento e o equilíbrio do sistema de forças terrestre, aéreo e naval, os processos de reequipamento e a formação de uma Marinha de Guerra ou de uma Guarda Costeira. Numa componente naval que seja capaz de garantir a defesa da soberania nas suas águas territoriais parecem ser, segundo alguns especialistas, os mais importantes vetores de desenvolvimento das Forças Armadas Angolanas para o futuro (BERNARDINO, 2019; LEÃO; RUPIYA, 2005).

Contudo, ao percorrermos o caminho da História recente da República de Angola, é possível relatar e reter factos históricos e referências ideológicas da formação das Forças Armadas Angolanas, que se interligam (essencialmente no período pós-colonial, mas com ligação nas origens ideológicas dos movimentos de libertação no período colonial) pois estas duas histórias fundem-se no pressuposto de que para se saber uma, temos de obrigatoriamente aprofundar o nosso conhecimento na outra. Assim, ao analisarmos cronologicamente os principais acontecimentos da história mais recente de Angola, constatamos que os diversos normativos de paz, norteados pelos conflitos internos e ainda as

participações externas, marcaram indelevelmente uma e outra, e representam a atual realidade de Angola, dos angolanos e das suas Forças Armadas.

Neste contexto, e procurando-se identificar as principais raízes de um nacionalismo, optamos por percorrer a História de Angola, fazendo-se a interligação entre as gentes, as culturas e um militarismo latente que esteve sempre presente na História de Angola e que contribuiu para o que são hoje as Forças Armadas Angolanas.

2. As raízes político-ideológicas da República de Angola

A região que designamos atualmente por República de Angola foi um território habitado já desde a pré-história, como atestam vestígios encontrados na região das Lundas, no Congo e mais a sul, no deserto do Namibe, entre outras áreas geográficas de Angola e regiões limítrofes. Porém, só milhares de anos mais tarde, em plena proto-história, receberia povos paleontologicamente relevantes, tendo sido os primeiros a instalarem-se na região, os “Bochimanes” (ou Boximanes), considerados grandes caçadores, de estatura pigmóide e claros (cor acastanhada) que, segundo John Reader, povoaram e dominaram as regiões do norte de Angola³ (READER, 1999, p. 371-375).

A afirmação desses povos deu-se primeiramente com a demarcação de territórios, leis e pela afirmação de costumes próprios e pela assunção de culturas e ritos distintos, garantindo uma grande unidade política do seu território, que passaria à história do continente e de Angola como o afamado “Reino do Congo”.

³ No início do século VI d.C., povos mais evoluídos e também mais aguerridos inseridos tecnologicamente na designada “Idade dos Metais”, empreenderam uma das maiores e mais significativas migrações da História de África. Eram os povos “Bantu”, originários dos “Bakongos”, que vieram do Norte, provavelmente da região da atual República dos Camarões. Esses povos, ao chegarem à região que hoje conhecemos por Angola encontraram os “Bochimanes” e outros grupos menores, bem mais primitivos e rudimentares, impondo-lhes as suas tecnologias nos domínios da metalurgia, cerâmica e na agricultura, com reflexos ao nível do domínio territorial e das zonas de caça, e conseqüentemente, em termos de um maior poderio militar e de liderança regional. A instalação dos Bantu na região decorreu ao longo de vários séculos (nem sempre pacíficos), gerando diversos subgrupos (que se digladiavam constantemente pela posse de territórios de caça e controlo de zonas com água ou abundante alimentação) e que viriam a estabilizar-se em etnias e grupos étnicos que perduram até aos dias de hoje, explicando a complexa diversidade do mosaico étnico que caracteriza Angola e toda a região subsariana (ZERBO, 2010, p. 302) (MOKHTAR, 2010, p. 587).

Este Império surgiu no início do século XIII, estendendo-se até ao Gabão a norte, ao Rio Kwanza a sul e para o interior do continente até ao Rio Cuango, afetando as dinâmicas regionais da época, marcando o espaço e o tempo de um reinado que teve uma importância significativa na História de Angola, na maioria dos países da região subsariana e em África. Mais tarde, com o advento das “Descobertas”, no início do século XV d.C., a presença portuguesa na região foi-se intensificando, enquanto mais a norte, nas terras do Preste João, a presença portuguesa e a sua ação política terminaram, como salienta Durval Pires de Lima, citando o celebre historiador italiano Nel Mazzucconi, que salienta “[...] depois de mais de um século de colaboração frutífera, os portugueses foram expulsos do Império das Salomão, que depois demais de um século de infrutífero isolamento que dura até cerca de um século atrás [...]” (LIMA, 1946, p.71).

A presença dos portugueses no Reino do Congo surgiu pela via marítima e através do uso das rotas de cabotagem que cruzavam o Atlântico para sul. Neste contexto histórico-geográfico, vários foram os historiadores que se debruçaram sobre a história do Reino dos Congos e mais concretamente sobre a presença dos portugueses na região a que chamamos hoje República de Angola (CAVAZZI, 1965).

Neste contexto, Alberto de Lemos, citado por Pires de Lima, em artigo publicado em 1929, intitulado “A História de Angola”, divide a representatividade histórica deste período em duas partes: “[...] a da exploração e conquista, que se inicia com a expedição de Gonçalo de Sousa, iniciada em 1490 e terminada em 1684, e a da consolidação da conquista, até 1836 [...]” (LIMA, 1946, p. 129). Salienta ainda o autor que “[...] as inúmeras batalhas e conflitos regionais/locais existentes eram muito regulares, matriz identitária violenta e mui aguerrida [...]” (LIMA, 1946, p. 129), pois que “[...] as populações indígenas eram, por uma razão que se dirá, inclinadas à guerra [...]” (LIMA, 1946, p. 130), estando esta razão associada a “[...] que os congolezes, angolas, dembos, jagas, jingas, libolos, etc. procuravam sucessivamente alianças com os portugueses para diminuir questiúnculas de libalas [...]” (LIMA, 1946, p. 130), em que a conflitualidade era um elemento intrínseco e sempre presente na relação entre os povos da região (COQUERY-VIDROVITCH, 2011).

Como refere Richard Patte, a presença dos portugueses na zona, ao tempo de Diogo Cão (1484) deu-se através da conquista, pela evangelização e através da implementação territorial de “padrões”, que simbolizavam a posse do terreno, fator que releva as capacidades dos Portugueses em se relacionarem com os povos indígenas da região (PATTE, 1959, p. 106-107). Neste período⁴, o comércio era, na sua maior parte, feito com a outra margem do Atlântico Sul, o Brasil, e os navios europeus eram os mais frequentes nos portos de Luanda e de Benguela, constituindo-se nos principais elementos que caracterizavam a abordagem mercantilista lusa a terras angolanas (BIRMINGHAM, 2003, p. 51).

Neste período o poder naval e a posse de meios estratégicos contribuíram para que Portugal, pela força, mantivesse os seus interesses nestas paragens, pois que o financiamento para manter esse potencial naval vinha das trocas comerciais e dos impostos que eram cobrados aos mercadores que cruzavam estas paragens. A partir de 1764, de uma sociedade maioritariamente escravagista, passou-se gradualmente para uma sociedade preocupada em produzir o que se consumia e em integrar as normas e práticas do comércio da altura nos seus regulamentos internos, com o intuito de poder exportar os produtos indígenas para a Europa e para o Brasil (BENDER, 2004).

Em 1850, Luanda era já uma grande cidade costeira (conjuntamente com o porto de Benguela), repleta de atividades comerciais e que exportavam óleos de palma e de amendoim, cera, goma copal, madeiras, marfim, algodão, café e cacau (BENDER, 2004)⁵.

⁴ A colónia portuguesa de Angola viria a formar-se em fevereiro de 1575, com a chegada de Paulo Dias de Novais com cerca de 100 famílias de colonos e 400 soldados às terras do Reino do Congo. Luanda seria cidade em 1605, tendo como primeiro Governador e Capitão-Geral de Angola, Pedro César de Menezes (1639-1643), tendo sido nomeados entre 1639-1753, 37 governadores. Mais tarde, devido à bula papal de Clemente VIII, “*Super Specule*”, de 20 de maio de 1656, Angola e a região do Reino do Congo, viriam a ser integrados no Bispado do Funchal, sendo o primeiro Bispo, D. Frei Francisco de Soveral (SELVAGEM, 1999, p. 332).

⁵ Entretanto, em 1836, o tráfico de escravos era abolido por convenção e em 1844, os portos de Angola seriam abertos aos navios estrangeiros, o que veio contribuir, ainda mais, para o incremento das trocas comerciais de e para Angola, tornando-se crescentemente num entreposto comercial estratégico na costa atlântica africana. Mais tarde, com a Conferência de Berlim (1884/1885) Portugal, tal como os demais países europeus, viu-se na obrigação político-estratégica de incrementar a ocupação territorial efetiva das suas colónias. Neste contexto, o território de Cabinda, a norte do Rio Zaire, ficaria integrado na possessão de Portugal, graças à legitimidade internacional propiciada pelo polémico (ainda hoje) Tratado de Simulambuco, assinado em 1885 entre os Reis de Portugal e os Príncipes de Cabinda (OLIVEIRA, 2010).

Os movimentos de libertação em Angola e a criação das Forças Armadas Angolanas: contributos da ideologia política

Luís Manuel Brás Bernardino

Para toda a região o final do século XIX marcaria a organização de uma administração colonial diretamente relacionada com o território e com os povos governados por Portugal, à semelhança do que faziam as potências europeias na consequência dos pressupostos assumidos na Conferência de Berlim (1884/85)⁶.

Esta posse territorial era essencialmente militar, assente na criação de fortalezas e no controlo dos portos e da costa marítima através da presença de militares e na criação de uma “Marinha de Guerra” que servia para proteger os interesses de Portugal ao longo da costa de Angola. O aspeto estratégico do mar (oceano) e a necessidade de ter uma marinha sempre presente foi relevante para garantir o controlo dos mares e revelou-se também fundamental no período pré-independência, onde o transporte logístico e de tropas e a ligação de Angola com o mundo era feita por via marítima e Portugal manteve e até reforçou essa presença marítima em Angola durante os séculos de ocupação territorial.

3. O impacto do Colonialismo na História de Angola

Seria, contudo, na supracitada “Conferência de Berlim” na presença de 14 potências europeias (incluindo Portugal) e ainda alguns países escandinavos e os EUA, que se traçariam as fronteiras políticas e os destinos do continente africano, dando origem aos impérios coloniais, característicos de um período que se

⁶ A Conferência de Berlim decorreu entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885 e participaram 14 países, entre os quais Portugal, incluindo alguns Estados que não dispunham de colónias, como foi o caso dos países escandinavos e dos EUA. Três aspetos principais constituíram a agenda: A liberdade de comércio em toda a bacia do Rio Zaire e sua foz; A aplicação dos princípios do Congresso de Viena quanto à navegação nos rios internacionais e a definição de regras uniformes nas relações internacionais relativamente às ocupações que poderão realizar-se no futuro nas costas do continente africano e estatuir sobre o tráfico de escravos. A Conferência foi uma das mais importantes realizadas na segunda metade do século XIX, visando, entre outras questões, regular o designado “Direito Internacional Colonial”. A questão mais importante para Portugal foi o capítulo VI do Acto Geral de Berlim, com a declaração relativa às condições essenciais a preencher para que as novas ocupações na costa do continente africano sejam consideradas efectivas, assim como é forçado a reconhecer o princípio da livre navegação dos rios internacionais. Portugal conseguiu ainda assegurar dois resultados da conferência: Impedir o estabelecimento da “Associação Internacional Africana” na margem direita do Zaire, a não inclusão no Acto Geral da referência inglesa à internacionalização do Zambeze. Em 14 de fevereiro de 1885 Portugal, por influência britânica, assina uma convenção para regular as relações com a “Associação Internacional do Congo”, onde reconhece a delimitação de fronteiras encontradas pelos seus pares europeus. Em 23 de fevereiro, este território viria a constituir o Estado independente do Congo, recebendo como soberano Leopoldo II da Bélgica. Em 26 de fevereiro de 1885, Portugal assina o Acto Geral da Conferência de Berlim. Disponível em: <https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/paises-geral/conferencia-de-berlim>

designa por “Colonialismo Moderno”. Mas importa salientar que após a guerra franco-prussiana de 1870 se produziram no seio da Europa Europa “[...] acontecimentos novos, com efeitos profundíssimos na colonização de África [...].” (CAETANO, 1965, p. 71), e que estes acontecimentos viriam a ter um impacto geopolítico e geoestratégico significativo nos continentes Europeu e Africano, e que se mantêm até à atualidade.

Da documentação produzida na Conferência de Berlim, a análise ao Ato Geral (bem como aos Protocolos Adicionais) independentemente da multiplicidade de ações político-diplomáticas desenvolvidas, revelam um aspeto, que por ter tido uma influência decisiva no que são atualmente as fronteiras geográficas e políticas em África e nomeadamente sobre Angola (como nação) merece, em nossa opinião, uma análise mais detalhada. Neste contexto, salienta-se o papel da Associação Internacional do Congo (AIC) e do Reino da Bélgica. Ação que levou os Estados a elaborarem convenções, acentuando o caráter de Estado que lhe era reconhecido no contexto africano, passando a ser o centro da questão política sobre o traçado de fronteiras e do jogo de interesses que se haviam instalado no seio das potências de Berlim.

Assim, a reivindicação de Portugal sobre os limites na margem esquerda do Rio Zaire levou a que se abandonassem os territórios a norte, em troca do reconhecimento do domínio português na margem esquerda, o que resultou na definição geopolítica atual dos limites geográficos de Angola. O Duque de Palmela, representante de Portugal na Conferência de Berlim, refere a este propósito que “...alcançamos um limite perfeitamente definido para a Província de Angola, prolongando até ao Cuango o paralelo Nóqui, e por esta forma assegurando e favorecendo o desenvolvimento do Reino do Congo, sujeito desde há séculos à vassalagem da Coroa Portuguesa...” (CAETANO, 1965, p. 93), e que viria a ser revelante para garantir o espaço geopolítico atual da República de Angola⁷ (BIRMINGHAM, 2003, p. 108).

⁷ Neste contexto, referia-se Marcello Caetano, ao poder de influência exercido pelas novas potências europeias sobre o continente africano, na busca de novos mercados para a expansão do comércio europeu, estimulado grandemente pelo aumento e embaratecimento da produção que o processo industrial provocara. Na aventura africanista, começavam então a surgir na imprensa da época, relatos e crónicas de novos exploradores que demandavam a África no intuito de darem a conhecer ao mundo os segredos de um continente já parcialmente

Entretanto, na Europa, o congresso geográfico de 1876, patrocinado pelo Rei Leopoldo II, atento ao crescimento da população na Bélgica, bem como ao crescente desenvolvimento industrial, convocou os geógrafos belgas e mandou estudar a forma de penetrar no interior do continente, relevando os supostos fins científicos e humanitários, com o aparente objetivo estratégico de se fundar a Associação Internacional Africana (AIA), destinada a explorar o continente através do estabelecimento de estações hospedeiras e científicas que servissem, simultaneamente, de apoio aos viajantes e exploradores, ao mesmo tempo que cooperavam na luta contra a escravatura e evangelizavam os locais, convertendo-se aos seus interesses políticos, comerciais e económicos.

A Bélgica continuou a promover a realização de supostas missões humanitárias em África e foi ainda na opinião de Marcello Caetano, aquele ator que na conjuntura político-estratégica da época, melhor soube tirar partido da sua Política Externa e melhor se posicionou para defender os seus objetivos estratégicos em face dos múltiplos interesses políticos em África (CAETANO, 1965; GAZIBO, 2010).

Da Conferência de Berlim viriam a sair, a régua e esquadro, as fronteiras geográficas terrestres para o futuro de África, que se constituíram numa solução política para um problema que viria a marcar o futuro da quase generalidade dos países africanos⁸. Contudo, os interesses e as divergências fronteiriças iriam prolongar-se e apenas em 1901, as fronteiras norte de Angola estariam

descoberto, e sobejamente conhecido pelos portugueses antes do século XV, mas, que no início do século XVII d.C. ainda pouco ou quase nada estava explorado. Luciano Cordeiro, na sua obra "*L'hydrographie Africaine aux XVI^{ème} Siècle d'après les premières explorations Portugaises*", nas palavras ainda de Marcello Caetano, referia por ironia, as regiões que os portugueses já haviam percorrido séculos antes e que estavam guardadas em narrativas obscuras, inéditas, de pequena tiragem e num estilo rude, sem sedução para o grande público, revelando uma inabilidade para a propaganda e divulgação das opções da coroa Portuguesa, aspeto que não impediu contudo a multiplicação da realização de expedições geográficas ao continente africano neste período (CAETANO, 1965, p. 72-95).

⁸ Para melhor se perceber os factos supracitados, apresentam-se numa sequência cronológica as principais iniciativas que melhor ilustram as ações e incursões europeias em África: 1870 e 1874 - 1ª e 2ª Viagem de Henry Morton Standley (Bélgica); 1875 - 1ª Viagem de Pierre Brazza (França) onde funda a cidade de Brazzaville em 1 de outubro de 1880; 1877 - 1ª Viagem de Hermenegildo Capelo e Serpa Pinto (Portugal); 1879 - 3ª Viagem de Morton Standley; 1883 - 3ª Viagem de Pierre Brazza - onde cria a colónia francesa do Congo; 1884 - 2ª Viagem de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens (Portugal) e em 1884 - Declaração da Constituição dos Protetorados dos Alemães no Togo e nos Camarões e procede-se à assinatura em 26 de fevereiro de 1884, do Tratado do Zaire, firmado entre o governo Português e a coroa Inglesa (SELVAGEM, 1999, p. 620-648).

definitivamente estabilizadas, segundo as quais face à pressão da Alemanha, a região do Cubango até ao Rio Zambeze viria a ficar de fora na partilha da região sul. Comitantemente, só em 1926 Portugal estabelecia um acordo com a União da África do Sul para estabilizar e definir os limites para as atuais fronteiras a sul de Angola, data a partir da qual houve uma estabilização no que são as fronteiras políticas atuais da República de Angola (VALAHU, 1967, p. 31).

África passava, neste contexto, a despertar o crescente interesse da Europa (e do Mundo) em meados do século XIX, resultando na partilha do continente pelas potências europeias da época, adquirindo no início do século XX um ainda maior interesse estratégico no contexto mundial. Pois que a França, o Reino Unido e os EUA (entre outros) posicionavam-se para colocar aí os seus excedentes de produtos⁹. A situação vigente contribuiu para o desenvolvimento económico de Portugal, pois o volume de exportações e a riqueza produzida a partir de Angola revelava-se em 1960, como extremamente produtivos, nomeadamente a produção de café, milho e a exploração de diamantes, que triplicou entre 1950-1960 e que seria um dos principais dinamizadores da economia portuguesa nesse período (FERREIRA, 1985, p. 87-90).

4. A “questão” angolana nas Nações Unidas. Impacto no futuro de Angola

O fim da monarquia em Portugal em 1910 e a conjuntura internacional levariam a novas reformas no domínio administrativo, agrário e educativo, com especial reflexo na política ultramarina, consistira num reforço do papel do Estado, em que se pretende uma ação extensiva às colónias ultramarinas, passando Angola a ser considerada pelo Acto Colonial (1933) uma das províncias de Portugal (Colónia Ultramarina) (MOREIRA, 1960, p. 295). Contudo, segundo

⁹ Por exemplo, verifica-se que o valor das importações americanas para África entre 1951 e 1960 quadruplicou, passando de 4,3 biliões de dólares para 14,2 biliões de dólares e preparava-se para apostar na aquisição de matérias-primas e energia a preços irrisórios. Este fator funcionava como um importante complemento económico das potências globais e contribuía para a salvaguarda dos aspetos da segurança e da defesa, pois como se viria a constatar, um número apreciável de soldados africanos, combateram ao lado dos europeus na I e IIª Guerra Mundial e até o urânio para as primeiras bombas atómicas largadas em Hiroxima e Nagasaki, pelos americanos proveio teoricamente das suas aquisições nas minas Africanas (FELGAS, 1962, p.14-17).

Alfredo Wilensky, a constituição de 1838 já consagrava um título especial com a designação de “Províncias Ultramarinas”, contendo um só artigo dividido em três parágrafos, salientando ainda assim que “...o "Ato Colonial" representou o local das correntes centralizadas na Europa na terceira década do nosso século...” (WILENSKY, 1968, p.105-107).

Na segunda metade do século XX, a tranquilidade na região seria posta em causa com o aparecimento do que poderão considerar como os primeiros movimentos nacionalistas da época moderna em África e inicia-se então assim a formação de organizações políticas mais explícitas e ativas a partir de meados da década de 50 que, de uma forma organizada, iam fazendo ouvir os seus intentos no contexto regional africano e global. Estas organizações, ainda incipientes e pouco organizadas, promovem campanhas diplomáticas no mundo, defendendo a autonomia e a independência de Angola e agem local e regionalmente com violência, de forma organizada e potencialmente cada vez mais perigosa para os interesses portugueses em África e concretamente em Angola.

A estratégia da potência colonial não cederia, no entanto, às propostas das forças nacionalistas que pretendiam a independência imediata de Angola, provocando o desencadear de conflitos armados diretos (luta armada), levando para o continente africano e especialmente para Angola, muitos portugueses, que procuravam, em nome do Estado Português, resistir às pressões crescentes do contexto político internacional relativamente à vaga de independências que iam surgindo em África.

Com o final da IIª Guerra Mundial, viria a recolocar-se as questões coloniais nas agendas globais. Com a assinatura da magna Carta das NU, no período pós-guerra, desaparecem quaisquer referências em relação à terminologia “colónias”, sendo proibida em toda a linha, a escravatura e tendo sido reposta a liberdade de expressão e de consciência religiosa na sociedade. A preocupação da sociedade internacional passou a ser o progresso económico, político e social das populações. Nesse sentido, a Carta das NU (Art.º. 67º) exigia uma progressiva evolução no sentido de se conceder a autonomia da administração e independência, encorajando o respeito pelos Direitos Humanos e criando uma

pressão política sob Portugal para abandonar as colónias e integrar-se na vaga dos movimentos independentistas que proliferavam em África (WAALS, 1993, p. 35-37).

Em termos políticos, os reflexos longínquos da Conferência de Berlim eram sentidos e vividos pelas populações locais africanas, levando a um descontentamento crescente e a um agravamento da agitação social que iria transbordar para fora de África, pois os interesses das potências comunistas (principalmente a URSS, mas também a República Democrática Alemã e a República Popular da China) desencadeavam fortes pressões político-diplomáticas e apoiaram, direta e indiretamente, a emancipação dos movimentos de libertação africanos (BRUNSCHWIG, 1974, p. 114-116).

Estes movimentos iam no sentido de incrementar o sentimento anticolonialismo e o anti ocidentalismo, já que as suas ideologias políticas defendiam que enquanto o Ocidente tiver territórios e presença em África ou conseguir manter com os países africanos, relações de amizade e de comércio, estará suficientemente forte para suportar o ataque económico dos países comunistas, o que se tornou num obstáculo à expansão do comunismo em África.

A relação tensa da guerra-fria (leste-oeste) elevou as tensões político-estratégicas e a conflitualidade intraestatal em África após a década de sessenta e seguintes (nomeadamente até à queda do Muro de Berlim), e fez reacender as “guerras por procuração”, conflitos que estavam assentes na ideologia marxista-leninista de Lenine, pois que o Imperialismo conduz, à guerra (injusta ou reacionária). Por outro lado, a divisão do mundo entre países «explorados» e «exploradores», conduziu à eclosão de guerras de libertação nacional (estas justas ou progressistas). Estas ideologias eram vistas pelos movimentos de libertação como a doutrina político-estratégica ideal e motivadora que os levaria à luta pela emancipação e pela Independência dos seus territórios (BRIDGLAND, 1988, p. 131)¹⁰.

¹⁰ Não admira, por esse motivo, que neste contexto geoestratégico de agitação política, a evolução geopolítica dos movimentos nacionalistas em África tenha sido relevante, assistindo-se a uma vaga de Independências (umas mais pacíficas do que outras) que levou a que em cinco anos

Deste modo, na Assembleia Geral das NU existiam no final de 1961, 28 países africanos, passando a ser o continente com maior índice de representatividade, correspondendo também ao maior número de votos na Assembleia Geral da ONU, mantendo-se algumas pequenas possessões das potências europeias resultantes da Conferência de Berlim. Nomeadamente, Portugal e Inglaterra, que mantinham ainda grande parte dos seus protetorados a sul e a Espanha (com excepção de Marrocos) que se mantinha praticamente inalterável com o mapa das suas possessões no norte de África.

É neste novo cenário que na sede das NU se irá fazer o “jogo político-estratégico internacional” para forçar Portugal a abdicar das “suas” colónias em África, pois as grandes potências mundiais (nas disputas da guerra-fria) passaram a estar mais interessados em obter os 28 votos dos países africanos, do que em capitalizar o voto único português. Fator político-estratégico que, na nossa opinião, precipitou os acontecimentos em África e que iria ter um papel decisivo no processo diplomático que conduziu à Independência de Angola em 1975 e que viria também a influenciar a ideologia política no pré e principalmente no período pós-independência (FELGAS, 1962; MORIN, 1983).

Todavia, para Portugal, a XVª Assembleia Geral da ONU, realizada em 14 de dezembro de 1960, em Nova Iorque, marcaria o início da ofensiva político-diplomática contra a soberania de Portugal sobre as cinco colónias ultramarinas¹¹. Na supracitada Assembleia Geral, notou-se a presença de muitos governantes africanos e de diversos Chefes de Estado de países comunistas, representando uma concertação política pan-africana comunista que viria a ser decisiva para o desempenho final. Neste contexto, em 28 de novembro do mesmo ano, começava o debate sobre Angola na Assembleia Geral das NU, tendo sido apresentadas duas moções: a moção russa, que ideologicamente se baseava nos princípios do Comunismo e exigia a libertação imediata dos países africanos, e a moção afro-asiática, patrocinada pelos 28 países africanos, e proclamada como

(1957-1962) se tenha passado de 19% da população e 27% do território de África pertencente (ou sob jurisdição) países africanos, para 80% e 87%, respetivamente, na posse dos autóctones. Só no ano de 1960, surgiram em África 17 “novos” Estados Independentes (GAZIBO, 2010, p. 131).

¹¹ Resolução 1514/XV/1960 de 14 de dezembro e Resoluções 1541/60 e 1542/60 de 15 de dezembro.

Os movimentos de libertação em Angola e a criação das Forças Armadas Angolanas: contributos da ideologia política

Luís Manuel Brás Bernardino

a mais consensual, que abria as portas a um entendimento político para as Independências¹².

Ainda assim, a estratégia portuguesa começava a ficar insustentável perante a forte pressão político-diplomática da sociedade internacional. A posição de Portugal na ONU na sequência dos acontecimentos de 15 de fevereiro de 1961 em Angola, viria a ficar ainda mais delicada, quando na sessão de abertura da reunião do Conselho de Segurança, a Libéria propôs, baseada no Artº 34º da Carta das NU (inesperadamente para muitos, incluindo Portugal, mas esperado e aguardado pelos jovens governos africanos) pela primeira vez neste fórum, que a situação de Angola fosse apreciada e debatida nas Nações Unidas^{13/14}. Na sessão plenária decidiu-se ainda criar um subcomité com cinco membros, nomeados pelo Presidente da Assembleia-Geral, para examinar e acompanhar o processo de Angola e que passaria a ser o interlocutor para as conversações futuras e ainda enviar à Assembleia Geral um relatório com caráter de urgência (1603 (XV) – *The situation in Angola, 992nd Plenary Meeting, 20th April 1961*). Na conferência em Nova Iorque de 10 a 12 de março de 1961, Holden Roberto participaria em

¹² A moção afro-asiática (apoiada por 43 países) viria a ser aprovada em 14 de dezembro de 1960, com 89 votos a favor e 9 abstenções (Portugal, Espanha, União Sul-Africana, Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, Austrália, Bélgica, República Dominicana e França). Contudo, depois de aprovada, não ficaram estipulados prazos claramente definidos para a concretização da transferência de poderes entre Angola e Portugal.

¹³ O delegado Liberiano (apoiado pelo russo) acusava Portugal de violar em Angola os Direitos Humanos, solicitando que as Nações Unidas agissem de forma a libertar o povo de Angola da opressão, à semelhança do que havia sido feito em outros Estados do Norte de África, referindo-se à Argélia e a Marrocos.

¹⁴ Na sequência, seria inscrita uma proposta na ordem do dia e transformada a pretensão em projeto de resolução (assinada pela Libéria e Ceilão), estando prevista a criação de uma subcomissão de investigação para Angola e em que se pedia a Portugal a introdução de medidas reformatórias no território. Assim, viria a ser agendado um debate na sede das NU em 10 a 12 de março de 1961 sobre Angola, onde foram convidados o Gana e o Congo (Brazzaville), procedendo-se à votação em 15 de março do mesmo ano. A resolução viria a ser formalmente rejeitada, pois precisava para ser aprovada, de sete votos favoráveis e obteve apenas cinco (Libéria, RAU, Ceilão, Rússia e EUA, com as abstenções da França, Grã-Bretanha, Chile, Equador, China e Turquia), com o argumento de que o assunto não perigava a segurança internacional, pelo que não era da competência do Conselho de Segurança ajuizar tal ato. No dia imediatamente seguinte, contando com o apoio dos EUA e do Presidente Kennedy, o grupo afro-asiático pedia a inscrição da questão de Angola na agenda da Assembleia Geral da ONU. Neste contexto, seria na 992ª Sessão Plenária da Assembleia Geral das NU, realizada a 20 de abril de 1961 em Nova Iorque, que seria debatida a implantação da Resolução 1514 (XV)/60 de 14 de dezembro de 1960 (posteriormente Resolução 1514 (XV)/60 e 1542 (XV)/60 de 15 de dezembro do mesmo ano), onde se solicita formalmente a Portugal a introdução de medidas e reformas em Angola, no propósito de implementar as Resoluções 1514/1541/1542 (XV), na salvaguarda dos Direitos Humanos e da Liberdade, de acordo com os princípios magnos defendidos na Carta das Nações Unidas (Resolução nº1514/60 e nº 1542/60 de 15 de dezembro, p. 1-3).

representação da UPA, deixando um dos fundadores da UPA, Francisco Borralho Lulendo, em Kinshasa, no comando das operações de sublevação contra Portugal, que se estavam a iniciar e que teriam um impacto na formação dos movimentos de libertação, nomeadamente nas suas componentes militares e que teria impacto na criação em 1991/92, no âmbito do Acordo de Paz de Bicesse, na criação das Forças Armadas Angolas.

As primeiras operações militares teriam o seu início três dias depois, em 15 de março de 1961 e tiveram o propósito de despertar, os Portugueses e Portugal para os problemas sociais, militares e políticos que se desenvolviam em Angola. Em 20 de março, em Kinshasa, Holden Roberto através de uma conferência de imprensa, reivindica oficialmente a autoria dos atentados no norte de Angola e apresenta os propósitos políticos da UPA. A luta armada contra a ocupação portuguesa para alcançar a independência de Angola tinha começado... mas os movimentos de libertação tinham iniciado as atividades político-militares alguns anos antes um pouco por todo o mundo.

5. A génese da formação dos Movimentos de Libertação em Angola

No momento em que a temática da Independência de Angola constituía um dos principais assuntos debatidos na sede das NU (1960/61) no centro da vaga de independências que alastrava pelo continente Africano, nos países fronteiriços com Angola iam nascendo uma miríade de movimentos “políticos” de emancipação/libertação que procuram alavancar alianças e potenciar contactos, granjeando apoios políticos, logísticos, financeiros e, numa fase subsequente, apoio à formação das componentes armadas dos movimentos de libertação. Estes apoios não só reforçavam a ideia inicial de emancipação, mas permitiam-se posicionar estrategicamente como interlocutores privilegiados das potências regionais e agentes das potências globais, para as questões do futuro de Angola.

Alguns autores consideram que foi supostamente a ação conjugada de dois movimentos de libertação (UPA e MPLA), apoiados direta e indiretamente pelas designadas “Forças do Comunismo Internacional” e por países hospedeiros (Congo ex-Belga, Congo - Brazzaville, Gana, Libéria e Guiné-Conacri) que tornou

o tema da luta armada pela Independência de Angola num assunto relevante no contexto regional Africano e no centro das disputas de África pelas potências da guerra-fria. Contudo, os relatos da criação de movimentos independentistas e subversivos, quer em Angola quer no exterior, datam da década de 40, pelo que importa fazer uma breve introdução ao seu surgimento e evolução, antes de abordar a sua implantação e emancipação política (MESSIANT, 2008; VALAHU, 1967).

A partir de 1948/49 começaram a surgir no norte de Angola alguns movimentos com o objetivo comum de se oporem ao sistema colonial português, em linha com o que vinha acontecendo em outros países da região. Tiveram, de início, uma base local e tribal, destacando-se o movimento de Simão Toco (1918-1984), que ficou conhecido por «Tocoísmo» e/ou «Igreja Tocoísta», que proclamava o fim da miséria social e criava uma mensagem divina, espiritual, congregando na sua ideologia o puritismo das crenças religiosas e o eruditismo da feitiçaria local. Embora detido pelas autoridades em 1949, as suas ideias vanguardistas estenderam-se entre os Bacongos, emigrados no então Congo Belga, e levando à criação em 1956, da Aliança do Povo Zombo (ALIAZO). Este movimento messiânico viria a converter-se no Partido Democrático de Angola (PDA) em 15 de fevereiro de 1962, em congresso havido em Kinshasa que a projetou no contexto regional (ROCHA, 2009, p. 338-339).

Outro movimento político-social que esteve na base da sublevação da Baixa do Cassange, no início de 1961 e que colheu de surpresa as autoridades portuguesas, iniciou-se com uma inesperada e aparentemente pacífica, greve dos trabalhadores assalariados da companhia exploradora de algodão “COTONANG”, no intuito de protestar contra o atraso no pagamento de salários, mas que viria a transformar-se num protesto da população contra o cultivo e comércio obrigatório de algodão e ainda relativamente contra as duras condições de trabalho. Neste movimento, destacou-se António Mariano, que pertencia a uma seita católica local e que levou à apelidada «Guerra da Maria», em que os habitantes da região norte de Angola queimaram as sementes, destruíram ou interromperam as vias de comunicação na região, mataram gado, invadiram armazéns e missões católicas, e expulsaram os brancos colonos (MATEUS; MATEUS, 2011, p. 45-47).

Contudo, a organização mais relevante e que viria a dar consistência ao apelidado Nacionalismo Bacongo, foi a União dos Povos (ou das Populações) do Norte de Angola (UPNA), criada em 7 de julho de 1954, na cidade de Matadi, província do Baixo Congo (RDC), pelos nacionalistas Manuel Barros Sidney Nekaka, Eduardo Pinnock e Borrvalho Lulendo, com a finalidade de influenciar a sucessão do Rei do Congo (Pedro VII), que tinha morrido nesse ano. A UPNA pretendia que o futuro monarca se tornasse mais independente das autoridades portuguesas, apresentando-se então como candidato Álvaro Holden Roberto¹⁵.

Holden Roberto foi o primeiro presidente eleito da “União dos Povos do Norte de Angola” (UPNA), que nascia clandestinamente no Lobito e viria a oficializar-se em Leopoldville, a 10 de outubro de 1954, incluindo ativistas de várias origens do norte de Angola, e que a 7 de dezembro de 1958, dava lugar à União das Populações de Angola (UPA) passando de uma base local a uma base regional.

Em março de 1957, na viagem ao Gana, em Leopoldville, Holden Roberto iniciou contactos com o futuro Presidente da Tanzânia (Julius Nyerere) e este após uma análise da situação de Angola, sugeriu que o problema angolano, deveria ser submetido à Iª Conferência dos Povos Africanos que teria lugar em Acra (República do Gana), visto que a política do colonialismo português não era suficientemente conhecida em África e no mundo. A participação de Holden Roberto como delegado da UPA, na Iª Conferência dos Povos Africanos (6 a 13 de dezembro de 1958) constituiu um marco políticoestratégico para a UPA e para o início da luta de libertação de Angola (SANTOS, 1968, p. 210)¹⁶.

¹⁵ Holden Roberto nasceu em Mbanza Kongo, ex-São Salvador (província do Zaire) a 12 de janeiro de 1923. Na sua formação académica e política, destaca-se a frequência em Leopoldville e no Gana do curso de Ciências Políticas, incluindo um estágio político-diplomático na Representação Diplomática da República da Guiné-Conacri na sede das NU, em Nova Iorque (1959-1960).

¹⁶ Na Cimeira foram aprovadas medidas de apoio aos movimentos emancipalistas de todo o continente e decidiu-se criar um secretariado permanente (Acra) o que permitiu a abertura ao mundo das intenções independentistas da UPA de Holden Roberto em Angola. Na Conferência, este viria a travar conhecimento com Tom Mboya (Quénia), Kenneth Kaunda (Zâmbia), Joshua Nkomo (Zimbabwe), Frantz Fanon, (do Governo Provisório da Argélia), Kamuzu Banda, de Nyassaland (Malawi) e outros líderes africanos. Estava assim lançada a mensagem política da UPA que iria mobilizar consideráveis apoios políticos e diplomáticos, não só em África, mas em outras partes do Mundo. Na Iª Conferência dos Povos Africanos, Holden Roberto (sob o pseudónimo de José Gilmore), viria a ser eleito membro do Steering Committee, cargo para o qual viria a ser reeleito em 1960 na IIª Conferência dos Povos Africanos, realizada em Tunis em agosto de 1960. Durante a estadia em Kinshasa, reúne alguns operacionais: Pedro Vida, Manuel Cosmo, Manuel Lelo, Pedro Sadi, Manuel Bernardo, Tusamba Kwa Nzambi, Pedro Massumu e,

Os movimentos de libertação em Angola e a criação das Forças Armadas Angolanas: contributos da ideologia política

Luís Manuel Brás Bernardino

Mais tarde, a UPA, beneficiando da ajuda e influência de Omar Oussedik e do próprio Chefe do Estado-Maior da Frente de Libertação Nacional (FLN) da Argélia, o Coronel Boumedienne (mais tarde Presidente da República da Argélia), conseguiu enviar para a principal base militar de Ghardemaou (Tunísia) cerca de 20 guerrilheiros para serem formados, que integrados com soldados Angolanos desertores do Exército Português, constituiu a primeira célula operacional e embrionária do que seria o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) e das futuras Forças Armadas Angolanas.

Holden Roberto permaneceu por breves períodos na base de Ghardemaou e criou a Base de Kinkuzu da FNLA, na República do Zaire, sendo essencial para desenvolver e apoiar as operações no nordeste de Angola. Entretanto, nas Nações Unidas, Holden Roberto cruzava-se com os representantes de Portugal, nomeadamente com Franco Nogueira (Ministro dos Negócios Estrangeiros) e Vasco Garin (Embaixador na ONU) e estes, em sinal de desagravo, comentavam lateralmente a temática da “ASPRO”, que significava uma aliança militar entre a África do Sul, Portugal e Rodésia e era denominada “*Impie Alliance*” (Ímpia Aliança) funcionando como estratégia para o controlo político-militar dos movimentos independentistas em Angola^{17/18}.

Contudo, a participação da UPA com uma delegação liderada por Holden Roberto na Iª Conferência dos Povos Africanos (1958), de Acra e patrocinada por Nkrumah, foi o principal fator político-estratégico de afirmação do movimento e o elemento central que lhe permitiria projetar a UPA no contexto regional e global.

nomeadamente, o primeiro comandante das operações de guerrilha da UPA, o alferes João Batista Traves Pereira.

¹⁷ Depois da IIª Conferência dos Povos Africanos (25-31 de janeiro de 1960), o Presidente Bourguiba (Tunísia) na presença dos membros do designado Movimento Anticolonial, com Lúcio Lara, Viriato da Cruz (Angolanos), Hugo de Menezes (Santomense), Amílcar Cabral (Guineense) e Luís Araújo (Cabo Verde) encorajou os movimentos de libertação a pegarem em armas, se necessário fosse, porque “...todos os meios a utilizar e todas as formas a empregar eram válidas para que os Povos se libertassem da escravatura, pois o que contava era o resultado...” (FELGAS, 1962, p. 48), funcionando como um incentivo à criação de elementos armados no seio dos movimentos de libertação.

¹⁸ Em meados de 1960, Holden Roberto foi eleito Presidente da UPA e em 15 de março de 1961, inicia-se a luta de guerrilha que só culminaria com a assinatura dos Acordos da Independência celebrados em 15 de janeiro de 1975, em Alvor (Portugal) entre os três movimentos de libertação, a FNLA, o MPLA e a UNITA e Portugal. Desde então, Holden Roberto vivem a reconciliação nacional de Angola, preconizando a via do diálogo nacional para a designada “solução angolana”. Em 22 de outubro de 2004, viria a ser reconduzido à Presidência da FNLA, pelo Congresso da Reconciliação da FNLA (18-22 de outubro de 2004) vindo a falecer em Luanda, a 2 de agosto de 2007 (FELGAS, 1962, p. 52-53).

Em 1962, a União das Populações de Angola (UPA) viria a dar lugar à Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA). Nesse contexto, surge também o Partido Democrático de Angola (PDA), que foi fundado em Leopoldville (Kinshasa) a 15 de fevereiro de 1962, embora actuassem já desde 23 de dezembro de 1956, pela iniciativa do nacionalista André Massaki (jornalista e escritor), com a designação de Aliança dos Naturais do Zombo (ALIANZO) e Associação Mútua dos Zombos (ASSOMIZO), que constituíam uma plataforma de intelectuais angolanos, em linha com o Tocoísmo, de Simão Toco e que veio a constituir-se mais tarde em aliança política com a UPA na FNLA (ROCHA, 2009; VALAHU, 1967).

De igual forma, o Movimento para a Independência de Angola (MINA) atuava como movimento satélite da UPA para as atividades subversivas na cidade de Luanda, o que permitia, segundo Holden Roberto, ter controlo sob a situação política em Luanda, com destaque para Aníbal de Melo e servindo-se da ligação ao cónego Joaquim das Neves, por intermédio de Sidney Nakaka e Costa N'kodo. Contudo, a adesão de angolanos à causa da luta pela libertação, no espaço intra e extra angolano, incidia especialmente na RDC (Kinshasa), onde a UPA tinha os seus principais órgãos de direção, e onde mobilizava voluntários para a luta de guerrilha que com diferentes ideologias, mas com um propósito comum, conseguiram mais tarde a reunificação dos movimentos de libertação e a criação das FAA (VICENTE, 2008).

Os angolanos que viviam entre as duas fronteiras, e que o PDA apoiava na ação de mobilização, contribuiu para a fusão dos dois movimentos em 27 de março de 1962 e conduziu à edificação e consolidação da FNLA, dando origem à criação de um instrumento de liderança política no exterior de Angola, designado por Governo da República de Angola no Exílio (GRAE), que pretendia constituir-se no interlocutor regional para as atividades politico-estratégicas para a Independência de Angola. Por outro lado, segundo o 1º volume (1940-1966) da História do MPLA, a promulgação do Ato Colonial, o Decreto nº 18570 de 8 de julho de 1930, que teve como princípio fundamental a regulação do sistema colonial, estabeleceu também o regime político, administrativo, económico e financeiro das colónias, bem como os normativos jurídico-legais da população africana.

Este facto veio intensificar o *modus operandi* e a política de dominação dos povos territoriais ultramarinos, constituindo, ideológica e politicamente o ponto de decisão para o surgimento de Movimentos de Libertação, de onde se destaca o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) que iria ganhar relevo no contexto angolano e que teria impacto na constituição das Forças Armadas Angolanas, pois que estas derivaram em grande medida das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) (VALAHU, 1967; VICENTE, 2008).

O Estado Novo e a promulgação do Estatuto do Indigenato (1929 e 1954) haviam definido, entretanto, o conceito de “Indígena”, provocando a indesejada “assimilação”. Contudo, o mecanismo adotado por Portugal para integrar os “Assimilados” levou à entrada massiva em Angola de população branca, que já vinha acontecendo desde o século XIX e que levou segundo Gerald Bender, a constituir “[...] a porta de saída adequada para os elementos rebeldes e criminosos da sociedade metropolitana [...]” (BENDER, 2004, p. 117), como se constatava por parte dos países europeus noutras partes do mundo e em África.

O MPLA surge da conjugação das vontades de um povo, num contexto regional continental de mudança e apoiado por interesses políticos das potências da altura, em que a partir da Carta Orgânica do Império Colonial (1935) passando a designar as colónias ultramarinas por províncias ultramarinas e nomeadamente com o argumento de 1955 nas NU da aplicação da ideologia para garantir o controlo de Angola como país colonizado, estavam criadas as condições políticas que conduziram à luta ideológica pela emancipação e independência e que daria o mote à ideologia política para a sublevação do povo Angolano e para a criação e uma dimensão militar (guerrilheira) nos movimentos de libertação, dando origem, por fusão, às Forças Armadas Angolanas em 1991/92.

A perspetiva colonial tornou-se imperioso surpreender ao pormenor as mudanças sociais ocorridas, pois estas definiam o processo evolutivo do sistema colonial e foram categoricamente determinantes no desenvolvimento do moderno nacionalismo angolano e conseqüentemente para a introdução de novas formas de luta anticolonial, levando ao surgimento do MPLA, entre outros movimentos sociopolíticos de afirmação do nacionalismo angolano (POURTIER, 2010).

Neste contexto, a Conferência de Bandung (1955) e a Conferência de Tunis (1960) condenam formalmente o colonialismo e dão início à vaga de independências africanas, que seria, mais tarde, o catalisador para a Independência de Angola, onde o MPLA tem um papel preponderante, mesmo na ação em movimentos de carácter cultural, como o «Vamos Descobrir Angola» (1948) e a Liga Nacional Africana (1933), que servia de vetor “camuflado” de mobilização para o percurso revolucionário que se iniciava em África e também em Angola (MESSIANT, 2008, p. 38-39).

Neste contexto, destacaram-se na Luta Armada de libertação nacional em Angola, no Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), antecessor do Exército de Libertação de Angola (ELNA) fundado em 1956 e ainda a FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola), com o seu Governo da República de Angola no Exílio (GRAE), que se revelou em 1962 (a partir da união da UPA, de Holden Roberto com o Partido Democrático de Angola - PDA) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) em 1966, que segundo Margaret Anstee, eram fonte de hostilidade permanente para as atividades portuguesas na colónia, mas tinham uma eficiência muito diminuta devido à discordância e divergência políticas entre as lideranças (ANSTEE, 1997, p. 33).

Ideologicamente como refere ainda Rita Garcia no livro “S.O.S Angola - Os Dias da Ponte Aérea”, citando que “...o conflito entre [negros], que tinham de três etnias diferentes: Bacongós [UPA e mais tarde da FNLA] Quimbundos [MPLA] e os Ovimbundos [UNITA] ...” (GARCIA; 2011, p. 68), o que pressupunha uma afiliação etnolinguística que perdurou no período pré e pós Independência e que também contribuiu para alguma dificuldade no processo de integração nas FAA e que são representativas da matriz identitária atual das Forças Armadas de Angola (DAVEZIES, 1968; NUNES, 2002).

Esta afiliação etnolinguística que dividiu em grande medida as bases ideológicas dos movimentos de independência, estaria na base do conflito armado interno em Angola que durou no pós-independência, quase que ininterruptamente até 4 de fevereiro de 2002, com a morte de Jonas Savimbi (e a derrota da UNITA) com a assinatura dos Acordos dos de Luena e tendo-se

criado as condições para a consolidação da paz e para a unificação dos movimentos armados independentistas numas únicas Forças Armadas.

Pires Nunes, membro da Comissão para o Estudo das Campanhas de África (CECA) em Portugal, recorda-nos que as Forças Armadas Portuguesas acorreram a Angola a partir de 15 de março de 1961, na sequência dos massacres na Baixa do Cassange e a Leste de Malange em 11 de janeiro de 1961 e da sublevação de 4 de fevereiro de 1961, nas tentativas de assalto à Cadeia de S. Paulo e Casa de Reclusão de Luanda e à Esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP). Estas enfrentaram durante treze anos (1961-1974) os três movimentos de libertação, ressaltando que a UPA abriu as hostilidades em 1961, o MPLA, de Agostinho Neto, na frente de Cabinda em 1962 e a UNITA, de Jonas Savimbi, no interior de Angola, na região do Moxico após 1966 (JÚNIOR, 2003; MESSIANT, 2008; NUNES, 2002).

Contudo, ainda segundo o mesmo autor não houve influência direta dos movimentos independentistas nos acontecimentos do início de 1961, embora se tratasse de pequenos grupos armados clandestinos, não organizados e sem filiação ideológica e política, que a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) já tinha identificado e desorganizado em 1959 e 1960. Contudo, o aproveitamento político foi imediato e as ações de guerrilha iniciaram-se com os massacres da designada campanha da UPA, iniciada em 15 de março de 1961¹⁹ e que foram um marco na criação dos movimentos armados dentro dos movimentos de libertação, e que são a matriz identitária das atuais FAA, onde foram reintegrados no contexto dos Acordos de Bicesse. Esta versão entra em contradição com os escritos de Hélio Felgas, que salienta “...ao MPLA, se atribuem os distúrbios de Luanda em 1961...e...a FNLA declara-se autora do terrorismo que, a partir de 15 de março de 1961, assolou o Norte de Angola...” (FELGAS, 1962, p. 26).

¹⁹ O armamento seria fornecido pela Tunísia de Habib Bourguiba, tendo sido enviados através da Embaixada em Leopoldville, num total de cerca de 500 fuzis, recorrendo a um recrutamento forçado, que chegou, segundo John Cann, a ter 25.000 homens (deficientemente armados) nos distritos de Cuanza Norte, Uíge e Zaire, o que levou à morte de cerca de 300 brancos e 6000 negros (valores que variam de acordo com as fontes consultadas). Tinha começado verdadeiramente a guerra independentista no Teatro de Operações de Angola, em que o MPLA e a UNITA entrariam na designada Luta de Libertação, um pouco mais tarde (CANN, 1998; JÚNIOR, 2003; PÉLISSIER, 1986; VENTURA, 1964; WAALS, 1993).

Nesta data, este aspeto revelava ainda algumas contradições, mas que, na perspetiva dos próprios movimentos independentistas parece uma versão adequada e reforçada com as declarações de Holden Roberto em 22 de outubro de 2004 (três anos antes de falecer) no seu discurso no Congresso da Reconciliação da FNLA, em Luanda (FELGAS, 1966; CARDOSO, 2005).

Em 1970, a FNLA (resultando da união política da UPA e PDA desde 27 de março de 1962), e financiada pelo «*American Committee on Africa*», tinha reforçado a sua atividade operacional de guerrilha e estava organizada em três frentes (Norte, Nordeste e Leste), cada uma delas com efetivos da ordem de um batalhão (300-500 guerrilheiros), tendo lançado nesse ano (1970) uma ofensiva conjunta (repelida pelas Forças Armadas Portuguesas), que levou praticamente ao seu desaparecimento operacional até 1974 (KAPUSCINSKI, 2011).

Neste período, o MPLA transferiu a sua sede para Brazzaville em 1965 (onde o governo congolês de Massamba-Débat o acolheu com aparente simpatia) como resultado da 1ª Conferência Nacional (dezembro de 1962) e tinha após 1966 o território dividido em seis Zonas Militares, mais tarde designadas por Regiões Político-Militares (RPM), desenvolvendo operações militares empregando técnicas de guerrilha a partir de bases posicionadas ao longo da fronteira com o Congo-Belga e a Zâmbia, e utilizando linhas de infiltração na região do Bié, a Leste do Rio Cuanza e através do Rio Lungué-Bungo. Para Hélio Felgas, embora o MPLA tenha afirmado que a sua atuação se estende ao Norte e Este do território angolano, parece-lhe evidente, que os seus grupos armados só a partir de 1964 se tornaram efetivos e apenas no enclave de Cabinda, onde a ação da FNLA era relativamente reduzida (FELGAS, 1966; VALAHU, 1966).

Por outro lado, a UNITA, antecipou-se ao MPLA na abertura da Frente Leste e durante o ano de 1966 desenvolveu atividades militares (algumas combatendo o próprio MPLA) contra as populações, envolvendo cerca de 500 guerrilheiros, mas segundo Pires Nunes “...com uma apreciável capacidade de mobilização das populações locais e ocupando zonas estratégicas...” (NUNES, 2005, p. 21) mostrando as boas capacidades de liderança militar e evidenciando as reconhecidas qualidades de chefe e líder militar de Jonas Savimbi (BRIDGLAND, 1988; FELGAS, 1966; MESSIANT, 2008).

Neste enquadramento e no desenvolvimento de estratégias de confronto, quase sempre indiretas, importava para todos os movimentos de libertação passar para o exterior e divulgar a ação em curso (fundamental para a técnica de guerrilha no sentido de reunir apoios para a sua causa de libertação). Neste propósito, o MPLA realizou uma conferência de imprensa em 3 de janeiro de 1968, em Brazzaville, onde procurou mostrar que a luta armada estava generalizada no interior norte de Angola, fazendo referência ao dispositivo político-militar (RPM), facilitando a subversão e o trabalho dos militares infiltrados.

A guerrilha era a forma de luta escolhida pelo MPLA (pelos outros movimentos) sob o lema “Vitória ou Morte, ou a “Vitória é Certa”, sendo que se iria assistir a uma transformação da organização no desenvolvimento das operações militares, não abandonando até 1974, a técnica de guerrilha e a subversão como forma de luta privilegiada, com destaque para a formação da unidade do nacionalismo, que tinha por objetivo principal congregar todos os movimentos de libertação que combatiam Portugal (CARREIRA, 1996; MUEKALIA, 2010).

6. O idealismo Pan-Africano. A perspetiva Angolana para Angola

A Iª Conferência Pan-Africana teve lugar em Londres em 1890, por iniciativa de Sylvester Williams Eduard Burghardt Du Bois. O Iº Congresso Pan-Africano formal viria a ter lugar em Paris apenas em 1919, onde se reivindicou um “Código de Proteção Internacional dos Africanos”, o qual incidia sobre o direito à terra, à educação e ao trabalho livre, em linha com o sentimento liberal da Revolução Francesa, que se previa transportar para África. Seria, contudo, no Vº Congresso, em 1945, que se reúnem aqueles que virão a ser os futuros governantes da África Independente no século XX e que mais utilidade política daria à ideologia do Pan-Africanismo²⁰ (READER, 1998; SANTOS, 1968).

²⁰ Importa recordar que o idealismo pan-africano tendo por objetivo principal reabilitar as civilizações africanas e restaurar a ideologia africana de um continente para os africanos, nasceu nas Antilhas Britânicas na América, no final do século XIX, na sequência da Revolução Americana e do espírito do Federalismo Unionista e da Guerra de Secessão (1861-1865). Na sequência, em 31 de janeiro de 1865 é votado pelo Congresso em Washington a XIII emenda à Constituição, que iria abolir a escravatura e escravidão nos Estados Unidos da América e em 1866 e 1870 são aprovadas as emendas XIV e XV, de acordo com os quais os Negros adquirem os mesmos

Também na Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e Angola começam a surgir os primeiros pan-africanistas que iniciariam as lutas pela independência associando-se aos movimentos que floresciam pelo continente. É um tempo onde emergem por consequência, os primeiros grupos armados que lutam clandestinamente pela independência.

Entretanto, em Portugal, os militares desencadeiam o 25 de abril de 1974, abrindo novas perspetivas para os povos africanos que até então viviam sob o domínio português. Nessa altura, como vimos, o mundo estava “dividido” entre duas doutrinas ideológicas e por duas potências: A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os EUA e também os países que lutavam pela sua Independência foram “reféns” dos efeitos antagónicos e animadores das lutas pelo poder mundial realizado em todo o globo e também em África.

Aspeto que contribuiu para incentivar o Pan-Africanismo em Angola e levou ao surgimento de uma nova burguesia ideológica africanista, que sem olhar a meios, implementou revoluções, rebeliões e conduziu ao surgimento de autonomias, que como refere Stephen Smith, contribuiu também para uma negrologia complexa, passando a constituir elemento central do Pan-Africanismo, com influência na ideologia dos movimentos de independência, e com obvio e singular impacto nos movimentos armados e mais tarde nas Forças Armadas Angolanas (SMITH, 2003, p. 192-193).

O Pan-Africanismo, segundo a ideia de nacionalidade defendida por Adriano Moreira referia-se ao direito dos povos surgido da opressão das potências globais que na Conferência de Bandung (1955), foram questionadas e deram o seu apoio aos movimentos de afiliação ideológica libertária e emancipalista que viria a expandir-se pelo continente Africano, pois que “[...] o princípio dos nacionalistas, mesmos na sua forma de direito de os povos disporem de si próprios, não tem papel a desempenhar na África Negra em relação aos povos objeto de uma ação colonial [...]” (MOREIRA, 1960, p. 60).

direitos civis e políticos que os demais habitantes americanos. Aspeto que foi, segundo Eduardo dos Santos, “[...] uma aquisição de jure que não se tornou de facto [...]” (SANTOS, 1968, p. 17-18), referindo-se particularmente ao sul, onde os direitos dos negros tardavam em ser implementados.

Neste contexto, Borges Graça, salienta ainda que em África existem diferentes tipos de nacionalismo, e que “...o nível de nacionalismo africano supranacional...” viria a ser o primeiro que definiu a sua área de atuação do movimento anticolonial africano, tendo como paradigma o pan-africanismo e ideologicamente a libertação e a resistência armada na procura de se tornar independente (GRAÇA, 2005, p. 175).

Neste contexto, o Pan-Africanismo assentava num mecanismo de poder forte, em Autocracias “puras”, onde o instrumento militar protegia as burguesias ideológicas e contribuía para uma constante segregação/opressão sobre os povos que continuavam a estar afastados dos valores que fomentavam a Democracia, os Direitos Humanos e demais valores defendidos pela Carta das NU, na sua versão africana. Segundo este propósito, as Forças Armadas iam surgindo para responder às várias ameaças sem tempo para uma consolidação e organização consubstanciada em estudos que defendessem os interesses estratégicos de longo prazo e integrassem os sistemas políticos e os aparelhos de Segurança e Defesa do Estado de Direito.

Em relação a Angola, salienta-se que a unidade da nação angolana não estava nesse período ainda consolidada, havendo atos de heroicidade e a capacidade de resistir que surgiu no período pré-independência, onde o espírito pan-africano constituiu a ideologia dos movimentos de libertação e esteve presente na edificação dos principais instrumentos político-militares e nas principais orientações político-estratégicas dos movimentos de libertação em Angola.

A História de Angola entrecruza-se na História de África, onde os interesses conjunturais, as relações e os atores envolvidos, em determinadas épocas e contextos geopolíticos, realizaram as suas influências e as estratégias sobre os desafios que se colocaram ao Continente, levando a que possamos encontrar, ao longo desse tempo, inúmeros episódios históricos que não só caracterizaram essa época, como transportaram para a atualidade alguns fatores de paz e de guerra. Para se perceber o presente e pensar prospectivamente no futuro, temos de refletir aprofundadamente sobre o passado, não o passado conjuntural, mas as raízes da história dos povos, dos países e das organizações, pois serão estes

os principais indicadores geopolíticos de análise da história contemporânea e com impacto na edificação da estrutura do Estado em Angola.

Neste contexto, e relativamente a Angola, a formação da nação Angolana, os reflexos politico-estratégicos do colonialismo (clássico ou moderno) e as influências africanas dos movimentos de independência nos meados do século XX, animados pelo ideal do Pan-Africanismo, conduziram ao aparecimento dos movimentos de libertação em Angola e permitiram transportar a temática da sua independência para o contexto regional, continental e global (através nomeadamente das NU), forjando-se o nascimento de um país que, ao longo da sua história recente, teve as Forças Armadas Angolanas (nas suas várias vertentes) como os principais impulsionadores do que de bom e de mau veio a originar no aparecimento, crescimento e consolidação da República Popular de Angola e mais tarde da República de Angola.

O período pós-independência em Angola, na sequência dos Acordos de Alvor²¹ (1975) foi conturbado, não só pela luta interna entre os três partidos políticos (movimentos regionalistas e fações dissidentes) e movimentos armadas que lhe estavam associados, que veio a dar origem a um conflito interno em Angola, que resultou em milhares de mortos e que durou até à assinatura dos Acordos de Bicesse (1991), mas pelos interesses das potências globais e regionais que mantinham alguma “pressão” sobre Angola. Este foi um período de degradação nacional e de uma conflitualidade latente, não permitindo qualquer desenvolvimento que levasse à criação das Forças Armadas em Angola e à consolidação da paz. De facto, unilateralmente, as FAPLA viriam a assumir o papel de FAA, embora o processo político e militar nunca tivesse, neste período, permitido qualquer entendimento pluripartidário, nacional e integrador... aspeto que só viria a ser possível por via da assinatura dos Acordos de Paz de Bicesse e mais tarde nos Acordos de Luena em 2004... assunto que abordaremos no capítulo seguinte.

²¹ Ao fim de vários dias de negociação, o “Acordo de Alvor” foi assinado a 15 janeiro 1975. Um acordo entre os participantes da Cimeira que teve lugar no Hotel Penina, na vila do Alvor, no Algarve. O encontro juntou a delegação do Estado Português com as dos três movimentos que lutavam pela independência de Angola, ou seja, o MPLA, a FNLA e a UNITA. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/assinatura-do-acordo-de-alvor/>

7. A Formação das Forças Armadas Angolanas. Um processo integrador

Na sequência dos Acordos de Paz de Bicesse assinados em Portugal em 31 de maio de 1991, deu-se início à formação das Forças Armadas Angolanas na região do Huambo, concentrando militares dos três movimentos de libertação. O início da formação de Oficiais foi assessorado por militares portugueses, franceses e ingleses, e estava assente nos pilares da Formação Militar, da Organização Militar e Dispositivo de Forças e respaldado nas normas da Disciplina e Justiça Militar que permitiram definir os regulamentos básicos para o início da criação das Forças Armadas Angolanas (BERNARDINO, 2013, p. 347-377).

Contudo, o processo desenvolvido entre meados de 1991 e finais de 1992 caracterizou-se por uma divergência político-estratégica latente entre o processo decisório político e o processo operacional militar, onde principalmente a falta de tempo útil para consolidar e amadurecer a criação das FAA ditaria, após o fracasso do processo eleitoral de 1992, um constrangimento ao processo de formação das Forças Armadas de Angola e do alcançar da paz no país. Ainda assim, a visão estratégica para a criação das FAA assente na formação conjunta dos militares das FAPLA e das FALA permitiu a absorção das divergências ideológico-militares entre as lideranças das Partes que convergiram no normativo para a área da Justiça e Disciplina, na linha do que definia o documento trabalhado em Lisboa e designado por “Um Conceito para as Forças Armadas de Angola” (BERNARDINO, 2019). Aliás, o regresso ao conflito interno, terá representado, segundo especialistas um retrocesso num processo de consolidação nacional e de formação das Forças Armadas. Processo que obrigou a um reforço ao nível da diplomacia regional, e internacional, com destaque para Portugal, mas que passou por Havana, Pretória, Washington e Moscovo.

Este documento orientador apontava as principais linhas de ação para o desenvolvimento das FAA, permitindo conjugar estrategicamente os interesses apresentados pelo Governo de Angola saído das eleições (MPLA) e pela UNITA (e em menor expressão o FNLA) na sequência das negociações pós-Bicesse para a formação das Forças Armadas. Considera-se este processo, apesar de assessorado por Portugal, um processo aglutinador angolano e aceite

genericamente pelos movimentos de independência (agora transformados em partidos políticos) implicando a absorção de novas doutrinas, técnicas, táticas e procedimentos operacionais, congregando as FAPLA e as FALA e assente num enorme esforço financeiro do Governo de Angola.

No processo de formação deu-se prioridade à criação dos órgãos de comando e ao início da formação com pleno empenho de Portugal através dos assessores nomeados, dos apoios recebidos de Portugal e em paralelo, definiram-se as regras e normas jurídicas, legais e organizativas que enformariam as Forças Armadas Angolanas, procurando-se que todos os ex-combatentes das FAPLA ou FALA fossem reintegrados ou apoiados pelas FAA. Simultaneamente, procurou-se criar um sistema logístico-administrativo que alimentasse e apoiasse o sistema de formação, que estava assente num recrutamento nacional, o que permitiu congregar as FAPLA e as FALA nas Forças Armadas Angolanas e criar um sentido de coesão nacional. Foi ainda importante o desenvolvimento do sistema operacional implantando numa malha territorial que permitisse um maior entrosamento com as populações, fortalecendo o sentido de nação e de colaboração em tarefas sociais e de desenvolvimento económico-social em Angola.

O processo de criação das FAA viria a ser interrompido em finais de 1992, tendo-se dado início ao conflito interno em Angola que opunha o MPLA de Agostinho Neto com a UNITA de Jonas Savimbi...conflito que só viria a terminar em 22 de fevereiro de 2002 com a morte do líder da UNITA, dando origem à assinatura do Memorando de Entendimento aos Acordos de Lusaka (4 de abril de 2002) e a reintegração dos seus militares nos quadros das FAA...processo que retomando os desígnios históricos, tem corrido com relativo sucesso e contribuído para a coesão interna nas Forças Armadas Angolanas e a consolidação de Angola como Estado de Direito.

Conclusões

A longa História de Angola, que revisitamos nos momentos mais importante, e onde salientamos algumas ideologias marcantes e decisões políticas que tiveram impacto e contribuíram, em diferentes circunstâncias, para

Os movimentos de libertação em Angola e a criação das Forças Armadas Angolanas: contributos da ideologia política

Luís Manuel Brás Bernardino

uma matriz identitária própria Angolana. Matriz esta que foi fundamental para a consolidação de um novo nacionalismo Angolano com reflexos na origem, consolidação e atuação dos movimentos de libertação, e naturalmente na criação das Forças Armadas Angolanas (pois estas derivam dos operacionais desses movimentos de libertação) e de Angola.

As FAA são o garante e a representação do Estado de Direito e emergem da matriz político-social da sociedade ao longo da história. Estas são, pois, o reflexo da História e das suas vicissitudes, pois concorrem para ela, partilham as características mais identitárias dos povos, línguas e de um território que conservou as mesmas fronteiras por mais de 300 anos e que em muito contribuíram para o que são as Forças Armadas Angolanas de hoje.

Neste longo processo, as lideranças político-militares, as influências externas, a própria influência colonial Portuguesa e as raízes matriciais dos povos que habitavam nos últimos séculos estas vastas regiões tiveram um peso significativo na história no que são as Forças Armadas Angolanas e no que representam para Angola e para os Angolanos.

Referências

ANSTEE, Margaret Joan. **Órfão da Guerra Fria**: radiografia do colapso do processo de paz angolano 1992/93. 2. ed. Porto: Editora Campo das Letras, 1997.

BENDER, Gerald J. **Angola under the Portuguese's**: the myth and the reality. [S.l.]: Africa World Press, 2004.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás. **A posição de Angola na arquitectura de paz e segurança africana**: análise da função estratégica das Forças Armadas Angolanas. Lisboa: Editora Almedina, 2013.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás. **As Forças Armadas Angolanas**: contributos para a edificação do Estado. Lisboa: Editora Mercado de Letras, 2019.

BIRMINGHAM, David. **Portugal e África**. 1. ed. Lisboa: Veja Editora, 2003.

BRIDGLAND, Fred. **Jonas Savimbi**: uma chave para África. 1. ed. Lisboa: Edição Perspectivas e Realidades, 1988.

Os movimentos de libertação em Angola e a criação das Forças Armadas Angolanas: contributos da ideologia política

Luís Manuel Brás Bernardino

BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África Negra**. São Paulo: Editora Perspectiva: Coleção Khronos, 1974.

CAETANO, Marcello. **Portugal e a internacionalização dos problemas africanos** (História dum batalha: Da liberdade dos Mares às Nações Unidas). 3. ed rev. atual. Lisboa: Edições Ática, 1965.

CARDOSO, Silva. **Angola, anatomia de uma tragédia**. 6. ed. Lisboa: Edições Oficina do Livro, 2005.

CARREIRA, Iko. **O pensamento estratégico de Agostinho Neto**. Lisboa: Editora Dom Quixote: Caminhos da História, 1996.

CANN, John P. **Contra-insurreição em África (1961-1974): o modo português de fazer a guerra**. 1. ed. Lisboa: Edições Atena, 1989.

CAVAZZI, João António. **Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965. 2 v.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. **Petit histoire de L'Afrique: L'Afrique au Sud du Sahara de la préhistoire à nos jours**. Paris: Éditions La Découverte, 2011.

DAVEZIES, Robert. **La guerre d'Angola**. Bordeaux: Ducros Édition, 1968.

FELGAS, Hélio Esteves. **Guerra em Angola**. 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1962.

FELGAS, Hélio Esteves. **Os movimentos terroristas de Angola, Guiné e Moçambique (influências externas)**. Lisboa: Gráfica dos Combatentes das Grandes Guerras, 1966.

FERREIRA, Eduardo de Sousa. **A lógica da consolidação da economia de mercado em Angola, 1930-74**. Lisboa: Análise Social, 1985. p. 85-110. Ano 21. n. 85.

GARCIA, Rita. **S.O.S Angola: os dias da ponte aérea**. 1. ed. Lisboa: Editora Leya: Oficina do Livro, 2011.

GAZIBO, Mamoudou. **Introduction à la politique Africaine**. 10 ed. Québec: Les Presses de l'Université de Montréal, 2010.

GRAÇA, Pedro Borges. **A construção da Nação em África**. Coimbra: Edições Almedina, 2005.

JAMES III, W. Martin. **A political history of the Civil War in Angola 1974-1990**. New Jersey: Transaction Publishers, 2011.

JÚNIOR, Miguel. **A formação e o desenvolvimento das Forças Armadas Angolanas**. Luanda: Editorial Nzila, 2003.

KAPUSCÍNSKI, Ryszaed. **D'une guerre l'autre: Angola**, 1975. [S.l.]: The Poland Translation Program, 2011.

LEÃO, Ana; RUPIYA, Martin. **A Military History of the Angolan Armed Forces from the 1960s Onwards**: as told by former combatants. South Africa: International Security Studies (ISS), 2005. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=108507>. Acesso em: 19 fev. 2021.

LIMA, Durval Pires de. **O Oriente e a África desde a restauração a Pombal**. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca; Agência Geral das Colónias, 1946

MACQUEEN, Norrie. **A descolonização da África portuguesa**: revolução metropolitana e a dissolução do Império. Mem Martins: Editorial Inquérito, 1998.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Angola 61**: guerra colonial: causas e consequências: o 4 de Fevereiro e o 15 de Março. 1. ed. Lisboa: Texto Editora, 2011.

MEREDITH, Martin. **The State of Africa**: a history of fifty years of independence. Great Britain: Africa House, 2006.

MESSIANT, Christine. **L'Angola postcolonial**: guerre et paix sans démocratisation. Paris: Éditions Karthala, 2008. v. 1.

MESSIANT, Christine. **L'Angola postcolonial**: sociologie politique d'une oléocratie. Paris: Éditions Karthala, 2008. v. 2.

MOREIRA, Adriano. **Política ultramarina**: estudos de ciências políticas e sociais. 3. ed. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar: Centro de Estudos Políticos e Sociais: Tipografia Minerva, 1960.

MOKHTAR, Gamal. **História Geral da África**: África antiga. 2. ed. rev. atual. Brasília: Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África: Universidade Federal de S. Carlos, 2010. v. 2.

MUEKALIA, Jardo. **Angola**: a segunda revolução: memórias da luta pela democracia. 1. ed. Lisboa: Sextante Editora, 2010.

NUNES, António Lopes Pires. **Angola (1966-1974)**: vitória militar a Leste. Lisboa: Editora Tribuna, 2002.

NUNES, António Lopes Pires. **Angola 1961**: Da Baixa do Cassange a Nambuangongo. Lisboa: Editora Prefácio, 2005

OLIVEIRA, Joaquim D. Marques de. **Os caminhos históricos das fronteiras de Angola**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2010.

PATTE, Richard. **Portugal em África**: impressões e reflexões de viagem pela África Portuguesa. Lisboa: Agência Geral do Ultramar: Tipografia Silvas, 1959.

PÉLISSIER, René. **La colonie du minotaure, nationalismes et révoltes en Angola**. Paris: Editions Péliissier, 1978.

PÉLISSIER, René. **Le naufrage des caravelles, études sur le fin de l'empire Portugais (1961-1975)**. Paris: Editions Péliissier, 1979.

PÉLISSIER, René. **História das campanhas de Angola**: resistência e revoltas, 1845-1941. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. 2 v.

POURTIER, Roland. **Afrique noires**. 2. ed. Paris: Hachette Livres, 2010.

READER, John. **A biography of the continent: Africa**. New York: Ed. Vintage, 1998.

ROCHA, Edmundo. **Angola**: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano: período de 1950 a 1964. 2. ed. Lisboa: Editora Dinalivro, 2009.

SANTOS, Eduardo dos. **Pan-africanismo**. Lisboa: Tipografia Silvas, 1968.

SANTOS, José Eduardo dos. **Discurso sobre o Estado da Nação**: cerimónia de abertura da IVª Sessão Legislativa da IIª Legislatura da Assembleia Nacional de Angola. Angola, 11 out. 2011.

SELVAGEM, Carlos. **Portugal Militar**: compêndio de história militar e naval de Portugal: desde as origens do Estado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1999.

SMITH, Stephen. **Négrologie: pourquoi l'Afrique meurt**. France: Hachette Littératures: 2003.

WAALS, Willem Van Der. **Portugal's war in Angola 1961-1974**. Cape Town: Ashanti Publishing, 1993.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. **A história de Angola**. 1. ed. Lisboa: Editora Tintada China, 2009.

WILENSKY, Alfredo Héctor. **Tendências de la legislación ultramarina portuguesa en África**. Lisboa: Editora Pax, 1968.

VALAHU, Mugur. **Angola**: clé de l'Afrique. Paris: Nouvelles Editions Latines, 1967.

VICENTE, Paulo Nzaji da Conceição. **História do MPLA 1º Volume (1940-1966)**. 1. ed. Luanda: Editora: Editorial Caminho (Lisboa): Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA, 2008. v. 1.

Os movimentos de libertação em Angola e a criação das Forças Armadas Angolanas: contributos da ideologia política

Luís Manuel Brás Bernardino

VICENTE, Paulo Nzaji da Conceição. **História do MPLA 2º Volume (1967-1976)**. 1. ed. Luanda: Editora: Editorial Caminho (Lisboa): Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA, 2008. v. 2.

ZERBO Joseph Ki. **História Geral da África I: metodologia e pré-história da África**. Brasília: Comité Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África: Universidade Federal de São Carlos, 2010.

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Revista Tempo e Argumento
Volume 13 - Número 34 - Ano 2021
tempoeargumento.faed@udesc.br